



LIMITES E HORIZONTES DO PENSAMENTO HUMANISTA – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O SENTIDO DA EXISTÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A ÉTICA, A POLÍTICA E A NATUREZA HUMANA

LIMITS AND HORIZONS OF HUMANIST THOUGHT – THE CONSTRUCTION OF IDENTITY AND THE MEANING OF EXISTENCE: A LOOK AT ETHICS, POLITICS, AND HUMAN NATURE

Esdras Wagner de Sousa¹

RESUMO

O presente trabalho investiga o humanismo em questão, analisando a crítica ao humanismo teórico e a problematização da existência a partir do pensamento de Carl Rogers. Embora sua obra não tenha sido formalmente orientada pela fenomenologia, identificam-se desdobramentos dessa natureza em várias dimensões de sua prática. A pesquisa examina como os pressupostos da psicologia humanista e da filosofia existencialista convergem na investigação da estrutura essencial do sujeito e do indivíduo. Sob a ótica da antropologia filosófica, o homem é posicionado como centro da especulação, ao mesmo tempo em que sua vulnerabilidade é confrontada pelos modos de existir na realidade contemporânea. A análise busca articular as diversas perspectivas teóricas e filosóficas que emergem desse contexto controverso, oferecendo um olhar fundamentado na ética e na política. Conclui-se que a antropologia filosófica assume papel primordial na compreensão da diversidade e das possibilidades de teorização da existência humana na atualidade, consolidando-se como um campo relevante para o diálogo entre a clínica e a fundamentação filosófica.

Palavras-chave: Psicologia humanista. Antropologia filosófica. Filosofia. Ético. Político.

ABSTRACT

This work investigates humanism in question, analyzing the critique of theoretical humanism and the problematization of existence based on the thought of Carl Rogers. Although his work was not formally guided by phenomenology, developments of this nature are identified in various dimensions of his practice. The research examines how the assumptions of humanistic

¹Graduação Técnica em: Administração, IFES Campus Linhares, ES; Informática Generalista, ARTH Informática, Itanhaém SP. Graduação em Bacharelado em Serviço Social, UNIMES, Campus Santos, SP. Graduando em Pedagogia, FACELI, Linhares, ES. Pós-Graduado em Especialização em: Ciência Política, ISEIB, Timóteo, MG; Ciência da Religião, FAVENI, Venda Nova do Imigrante, ES; Sociologia e Serviço Social, FASOUZA, Ipatinga, MG. Pós-Graduado em Especialização em Saúde Coletiva, FASOUZA, Ipatinga, MG. Consultor Educacional FASOUZA, Ipatinga, MG. Estagiário Remunerado em Pedagogia em Monitoria Educacional Infantil e Especial, SEME/PML C.E.I.M. “Antônio Aprígio”, Linhares, ES. Massoterapeuta e Massagista Clínico. E-mails: esdraswagnerdesousa.1981@hotmail.com/esdraswagnerdesousa.1981@gmail.com.

psychology and existentialist philosophy converge in the investigation of the essential structure of the subject and the individual. From the perspective of philosophical anthropology, man is positioned as the center of speculation, while his vulnerability is confronted by the modes of existence in contemporary reality. The analysis seeks to articulate

the diverse theoretical and philosophical perspectives that emerge from this controversial context, offering a view grounded in ethics and politics. It concludes that philosophical anthropology assumes a primary role in understanding the diversity and possibilities of theorizing human existence today, consolidating itself as a relevant field for dialogue between clinical practice and philosophical foundations.

Keywords: Humanistic psychology. Philosophical anthropology. Philosophy. Ethics. Politics.

1. INTRODUÇÃO

Informa-se que este trabalho é de natureza qualitativa, configurando-se como uma pesquisa bibliográfica. Fundamentado em estudos realizados ao longo do “2º Simpósio de Filosofia” com o tema “O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana. Crítica ao humanismo teórico e problematização da existência. Ética, política e antropologia filosófica” que ocorreu no ano de 2017 nas dependências da Universidade Metropolitana de Santos — UNIMES Virtual EAD e têm como proposta mostrar o conceito que consiste em uma perspectiva filosófica por um modo de pensar a realidade, assim como também de permitir, de questionar e de nortear à práxis do ser humano com a intenção de salientar que este processo de inquirição e elaboração conceitual dá-se sobre construtos derivados da história da filosofia mediante uma prática filosófica a qual não deve ocorrer à mera transposição de categorias filosóficas ao plano empírico do trabalho cotidiano do profissional da filosofia e áreas de humanas nos limites e horizontes do pensamento humanista — a construção da identidade e o sentido da existência: um olhar sobre a ética, a política e a natureza humana e qual a perspectiva futura do humanismo.

Todavia, o presente artigo tem o objetivo geral de estar analisando criticamente os limites e horizontes do pensamento humanista — a construção da identidade e o sentido da existência: tendo um olhar crítico sobre a ética, a política e a natureza humana. Todavia, a presente pesquisa propõe uma análise crítica dos limites e horizontes do humanismo teórico, bem como das problemáticas inerentes à existência humana. Para tanto, correlaciona tais aspectos ao pensamento de Carl Rogers, explorando os pressupostos da psicologia humanista e da filosofia existencialista que fundamentam sua obra. Embora o trabalho de Rogers não tenha sido formalmente orientado pela fenomenologia, identifica-se em sua prática o desdobramento de atitudes dessa natureza em diversas dimensões. Sob essa ótica, a antropologia filosófica assume papel central, investigando a estrutura essencial do indivíduo e posicionando o homem como centro da especulação. Busca-se compreender como esse sujeito, embora central, torna-se vulnerável às realidades do seu existir, inserido em um contexto de diversidade teórica. O

estudo enfatiza, portanto, um olhar ético e político sobre a antropologia filosófica, consolidando-a como campo relevante para compreender as perspectivas filosóficas da atualidade.

Logo, os objetivos específicos dessa obra analisam criticamente os limites e horizontes do humanismo teórico e a problemática da existência a partir do pensamento de Carl Rogers, articulando os pressupostos da psicologia humanista e da filosofia existencialista com a antropologia filosófica, de modo a investigar a estrutura essencial do indivíduo e as dimensões éticas e políticas do existir humano na contemporaneidade, que estão centrados em quatro eixos bases: o eixo teórico e histórico, onde se identificam as principais correntes do humanismo teórico e como elas fundamentam a ideia de “sujeito” e “indivíduo” na modernidade, e analisar a crise do humanismo clássico a partir das críticas contemporâneas. O eixo da existência e identidade onde se investiga como a teorização da existência humana influencia a construção da identidade do sujeito contemporâneo e discute o sentido da existência humana frente aos limites impostos pela técnica e pela cultura atual (a “problematização da existência”). Eixo ético-político onde se examinam as implicações éticas da desconstrução do humanismo tradicional para a convivência social e se reflete sobre o papel da política e da antropologia filosófica na redefinição do que significa “ser humano” hoje. Por fim, o eixo crítico (horizontes) onde se avaliam os “horizontes” (possibilidades futuras) para um novo pensamento humanista que considere as críticas ao antropocentrismo.

Frisasse que o referido texto é uma releitura de escritas anteriores que utiliza como norte para sua elaboração a Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES EAD) em seu “2º Simpósio de Filosofia” com o tema “O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana. Crítica ao humanismo teórico e problematização da existência. Ética, política e antropologia filosófica” que ocorreu no ano de 2017 e tem como proposta por trás desse conjunto de palavras-chave desconstruir a ideia clássica de “ser humano” para entender o que sobra dele no mundo contemporâneo. Em termos simples, o projeto responderá: o conceito de “humanismo” ainda serve para explicar quem somos e como devemos viver? Logo, damos como hipótese de resposta três pilares dessa proposta: a crise do “sujeito” (o humanismo em questão), que sugere que o humanismo tradicional — aquele que coloca o homem como o centro racional do universo (antropocentrismo) — falhou ou se esgotou. Ela quer investigar como as noções de indivíduo e sujeito foram inventadas pela teoria e como elas estão sendo “problematizadas” (colocadas em dúvida) por filósofos modernos. A desconstrução teórica (crítica e problematização) não é somente uma descrição, é uma crítica. A intenção é mostrar que o “humanismo teórico” muitas vezes criou uma definição de humano

que exclui diferenças ou que ignora as limitações biológicas e técnicas. Ao “problematizar a existência”, o autor quer olhar para as angústias, as falhas e as transformações da vida humana que a teoria clássica não consegue mais abraçar. O último pilar é a reconstrução prática (ética, política e antropologia), ou seja, após criticar o modelo antigo, a proposta tenta reconstruir um sentido para a vida humana via três frentes: a antropologia filosófica que questiona: o que nos define como humanos hoje? A ética que argumenta de forma que: como devemos agir se não temos mais aquela “bússola” moral antiga? E a política que indaga: como viver em sociedade quando a ideia de “indivíduo” está em transformação? A proposta é um exercício de vigilância crítica. É o esforço de pensar o humano “depois do humanismo”, buscando novos horizontes para a identidade e a convivência ética em um mundo onde as velhas certezas sobre o “sujeito” desmoronaram.

Então, que daí a proposta sugerida no título desse trabalho, baseado nas experiências de Sousa (2017) enquanto egresso do curso de Serviço Social em sua participação no “2º Simpósio de Filosofia: O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana. Crítica ao humanismo teórico e problematização da existência. Ética, política e antropologia filosófica” da UNIMES Virtual EAD ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de setembro do ano de 2017 em Santos, estado de São Paulo, que visa entender essa proposta do simpósio, fundamentalmente, quem é o ser humano hoje, agora que as definições clássicas e “românticas” do humanismo entraram em crise. Em termos práticos, o que se busca compreender é: a desconstrução do “eu” que visa entender como a ideia de “sujeito” e “indivíduo” foi fabricada pela história e pela teoria, e por que essa ideia não sustenta mais as complexidades do mundo atual. Também, o limite da Razão visando entender até onde o pensamento humano consegue explicar a própria existência sem cair em dogmas ou ilusões teóricas (a “crítica ao humanismo teórico”). Salienta-se a nova base da convivência que visa entender como fundamentar a ética e a política se não temos mais uma definição única e universal de “natureza humana”. O quarto ponto pensa a sobrevivência do humano que se propõe a entender quais são os novos horizontes para a vida. Se o antigo humanismo “pereceu” ou faliu, o que colocamos no lugar para garantir o sentido da existência e a dignidade? A reflexão está em entender a condição humana contemporânea através do confronto entre as teorias do passado e as angústias (problematizações) do presente, utilizando referenciais teóricos bibliográficos respeitados, como os dados consultados na Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) em material disponibilizado ao 2º Simpósio de Filosofia da UNIMES Virtual EAD, de autoria de Bittar (2009).

Por fim, entendeu que este simpósio propõe uma reflexão sobre a filosofia como um

modo de pensar e questionar a realidade, capaz de nortear a prática humana. Ressalta-se que a elaboração conceitual fundamentada na história da filosofia não deve ser transposta de forma meramente mecânica para o campo empírico da psicologia. O estudo enfatiza a intersecção entre a política (governança do Estado), a ética (investigação moral) e a antropologia filosófica (investigação da estrutura essencial do ser humano). Reconhece-se, contudo, o duplo risco de descontextualizar conceitos de suas acepções originais ou de desconsiderar a produção teórica própria da psicologia. Portanto, defende-se uma apropriação criteriosa que enriqueça o corpo técnico-teórico das abordagens psicológicas por meio da reflexão sobre a experiência humana. Sob a égide da Modernidade, o humanismo consolida-se como a referência necessária para a vida social, impulsionado pelo desejo universal do indivíduo de compreender sua própria essência e destino.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A SINGULARIDADE DO INDIVÍDUO NA PERSPECTIVA MARXIANA: ENTRE A ESTRUTURA E A EXISTÊNCIA

Já a análise do indivíduo na obra de Marx contesta a visão de negligência do sujeito singular, evidenciando uma base analítica fértil que dialoga com o aumento de discursos focados na microssociologia na modernidade. O deslocamento do foco macrossociológico para o indivíduo é motivado por conjunturas históricas que exigem respostas para a experiência concreta do ser humano, especialmente em tempos de crises e conflitos. A reestruturação conservadora do capital, que impõe situações de vulnerabilidade existencial e subjetiva, torna a busca por respostas através da tradição marxista essencial. Portanto, desmistifica-se a insuficiência teórica da teoria marxista, demonstrando que a preocupação com a singularidade é estruturante e capaz de responder à complexidade contemporânea. A obra de Ferrater Mora (1994) é um dos dicionários de filosofia mais respeitados do mundo e perfeita para definir termos fundamentais nessa escrita. Para ele, a compreensão do fenômeno humano exige, antes de tudo, uma delimitação conceitual sobre o que define a sua essência. Segundo Ferrater Mora (1994, p. 142), o humanismo não é somente um movimento histórico, mas uma atitude filosófica que coloca o ser humano como centro e fim de todas as coisas, buscando realizar plenamente suas potências naturais. Partindo dessa premissa, a perspectiva marxista reitera que o ser humano não pode ser compreendido fora de seu contexto produtivo e histórico para definir o próprio conceito de Antropologia ou Humanismo, sendo uma das bases de todo o trabalho.

Tendo ciência de que a fundamentação de base de toda escrita teórica precisa começar com a definição do termo principal, Ferrater Mora dá essa “régua” filosófica. Mora também define o verbete “Antropologia” e faz a conexão com o “Humanismo”, explicando a transição do pensamento clássico para o moderno e agora ganha um peso acadêmico de dicionário especializado nessa ideia.

Interpretando, Mariana Rigonatto, em sua releitura sobre Marx e o indivíduo, fornece a base histórica do que é o humanismo antes de se entrar na crítica marxista propriamente dita. A autora cria um equilíbrio teórico onde se utilizam suas palavras que definem o termo no começo dessa escrita e o critica no fim em seu significado. Com o objetivo de compreender a relevância do indivíduo na obra de Marx, propõe-se uma síntese que inicia pela contestação de visões antagônicas. Diversos elementos revelam que Marx não somente se preocupava com o sujeito singular, mas que a tradição marxista oferece uma base analítica fecunda para tais abordagens. Nesse sentido, vale recordar que o humanismo, em sua essência, valoriza o racionalismo e o antropocentrismo (RIGONATTO, 2019), colocando o ser humano como o centro das decisões e do conhecimento. Partindo dessa premissa, nota-se que, na modernidade (ou pós-modernidade, para alguns), houve um crescimento expressivo de discursos e temas voltados à subjetividade e à microsociologia, exigindo um olhar mais atento sobre como o indivíduo se expressa nesse contexto e se posiciona frente às estruturas sociais.

Assim, a singularidade do sujeito na teoria marxiana indica perspectivas e tensões, ou seja, a presença do indivíduo em Marx exhibe um sujeito que não só é feito de conflitos, mas também de atributos, necessidades e desejos a serem atendidos. Erich Fromm (1970) geralmente trata da “essência humana” e do rompimento com a ideia de um homem isolado, focando na dimensão social de acordo com “a perspectiva marxista que reitera que o ser humano não pode ser compreendido fora de seu contexto produtivo e histórico” (p. 38). Nesse sentido, conforme destaca Fromm (1970), “para Marx, a essência do homem não deve ser vista como uma abstração inerente a cada indivíduo isolado, mas sim como o resultado do conjunto de suas relações sociais” (p. 38). Portanto, o humanismo aqui proposto afasta-se de qualquer subjetivismo metafísico. Fromm explica exatamente a definição de “essência humana” que Marx desenvolve nas *Teses sobre Feuerbach*. Transforma como reforço teórico uma afirmação geral em uma fundamentação acadêmica sólida, citando um dos principais intérpretes de Marx no século XX. Com uma fluidez, o autor prepara o leitor para que se costume tratar Marx que milita contra a alienação e do trabalho e é oportuno em citar esse autor para aprofundar a visão humanista de Marx sobre a essência humana.

Sendo assim, o deslocamento do foco macro para o micro tem as suas razões para o

retorno do indivíduo ao centro do debate, em oposição a períodos anteriores dominados por análises puramente macrossociológicas, sendo variadas. No entanto, elas guardam relação direta com o momento histórico atual. Uma temática ganha relevo quando determinadas condições sociais impõem a necessidade de encontrar respostas para novos questionamentos, transformando a realidade vivida em objeto de investigação teórica prioritária. Mediante isso, sobre a alienação e o indivíduo, “o marxismo não nega o indivíduo, mas busca as condições reais para a sua plena autonomia através da superação da alienação econômica” (SCHAFF, 1967, p. 92).

Ademais, os conflitos históricos e a relação com o homem, ainda pensando em Marx, em se tratando do indivíduo, observa-se que a análise histórica dos problemas humanos e de sua relação com a sociedade intensifica-se em períodos de crise. A menção à importância do sujeito prolifera justamente em momentos de crescimento de conflitos, tanto objetivos quanto subjetivos. Esses períodos de instabilidade geram alterações profundas nas condições sociais, forçando o pensamento filosófico e sociológico a se debruçar sobre a experiência concreta do homem.

Todavia, a transição, o capital e a ameaça à existência refletem ainda em Marx. Atualmente, vivemos em um período de transição — ou sob os efeitos de uma reestruturação conservadora do capital — que impõe ao indivíduo singular e à coletividade o enfrentamento de situações que ameaçam a existência de forma objetiva e subjetiva. Este cenário de insegurança torna-se um momento oportuno para inquietações e para a busca de respostas fundamentadas em diferentes perspectivas teórico-metodológicas, incluindo aquelas que mantêm o compromisso com a tradição marxista.

Vê-se necessário criar uma força contrária, que venha desmistificando a insuficiência teórica de Marx, contudo, persistem dificuldades e críticas que alegam que a tradição marxista, por sua magnitude voltada ao macrossocietário, seria insuficiente para fornecer as respostas demandadas pela subjetividade moderna. É fundamental desmistificar essas críticas, demonstrando que a teoria de Marx não é omissa em relação ao indivíduo; pelo contrário, ela oferece aspectos essenciais que comprovam a preocupação central do autor com a condição humana singular.

Dessa forma, ao resgatar a centralidade do indivíduo na tradição marxista, abre-se caminho para um diálogo necessário com a antropologia filosófica. Se Marx nos aponta as condições objetivas e sociais que moldam o homem, a antropologia filosófica debruça-se sobre a investigação da estrutura essencial desse mesmo ser. Compreender o indivíduo em sua singularidade exige, portanto, não somente olhar para as pressões do capital, mas também

interrogar a natureza fundamental da existência humana e os modos de ser que o tornam, simultaneamente, centro de especulação e sujeito vulnerável às realidades do seu tempo.

Tendo em vista que, como as ideias de Marx, grosso modo, montam o conceito de ideologia como uma ferramenta que mascara a realidade para manter o domínio de uma classe, então, mostrar que a teoria de Marx dá uma explicação profunda para o que acontece na subjetividade do indivíduo e como ele percebe ou ignora a própria exploração. Para fundamentação dessa discussão sobre a desmistificação de críticas a Marx, a tradição marxista compreende a ideologia não somente como uma abstração, mas como um instrumento que mascara as divisões sociais, mantendo a estrutura de dominação sobre o sujeito singular (BRASIL ESCOLA, 2019).

Contudo, persistem dificuldades e críticas que alegam que a tradição marxista, por sua magnitude voltada ao macrossocietário, seria insuficiente para fornecer as respostas demandadas pela subjetividade moderna. É fundamental desmistificar essas críticas, demonstrando que a teoria de Marx não é omissa em relação ao indivíduo. Conforme aponta o portal Brasil Escola (2019), a ideologia no marxismo atua justamente sobre a consciência individual, criando uma inversão da realidade que mascara as formas de dominação. Portanto, a análise da subjetividade é parte integrante da teoria, oferecendo aspectos essenciais que comprovam a preocupação central do autor com a condição humana singular e que reforça o argumento de que Marx se preocupa com o indivíduo ao estudar como a mente dele é afetada pela “ideologia” e contrapõe-se às críticas, respondendo àqueles que dizem que Marx é “só economia”, mostrando que ele também estudou a consciência (ideologia). Assim, tem-se uma definição de base que estabelece o que é o humanismo tradicional (antropocentrismo) logo de cara e o contraste que prepara o leitor para entender por que Marx é visto por alguns como “anti-humanista” por focar na estrutura econômica e como se pretende defender o oposto.

2.2. AS DIMENSÕES DO SUJEITO E AS CONFIGURAÇÕES DO INDIVÍDUO

Desse modo, a constituição do sujeito ou a problemática do sujeito remete à ideia de que a mobilização social se assemelha à consciência de classe, transpondo-se, contudo, para a esfera da individualidade. Configura-se como um movimento íntimo de resistência, embate e questionamento. Nesse contexto, compreende-se que o ser humano assume a condição de sujeito ao adotar como ideal o reconhecimento próprio e o dos outros como seres singulares. Assim, ao defendermos nossa particularidade por meio de atos de resistência, conferimos um propósito à nossa própria existência (TOURAINÉ, 2006, p. 123). Sabendo-se sobre o homem

que constrói sua singularidade por atos de resistência, “a existência precede a essência; o homem é nada mais do que aquilo que ele faz de si mesmo através de sua liberdade radical” (SARTRE, 1939, p. 25).

Outrora, as limitações da condição de sujeito nos levam a realizarmos uma breve reflexão, percebe-se ser inviável permanecer ininterruptamente na condição de sujeito absoluto ou manter uma postura constantemente combativa e questionadora. A necessidade inevitável do convívio social impõe normas e padrões de conduta com os quais nem sempre concordamos plenamente. Entretanto, o seguimento dessas normas é fundamental para que a vida em comunidade se processe de maneira harmoniosa, estável e pacífica, evidenciando que o custo de agir permanentemente como sujeito costuma ser elevado. O portal Abrange ABC, ao registrar o II Simpósio de Filosofia da UNIMES Virtual (2017), enfatiza que o evento buscou promover um espaço de diálogo sobre as tensões entre a teoria humanista e as práticas sociais contemporâneas, focando na crise de identidade do sujeito, que discutiu as limitações da condição de sujeito e a necessidade do convívio social. Entende-se que isso ajuda a fundamentar por que o simpósio foi realizado: para debater justamente esses impasses reais.

Outrossim, as obras de Joseph Gredt são pilares da filosofia aristotélico-tomista. Elas tratam do ser humano como uma unidade de “matéria e forma” (corpo e alma), mas também como um ser dotado de moral e ética, que vive em sociedade sob leis naturais que discutem a dimensão do indivíduo frente às regras, deveres e à moralidade. Diante do dilema entre ser ou não ser sujeito, emerge a dimensão do indivíduo. Esta esfera diz respeito ao campo dos direitos, deveres e da moralidade vigente; são as nossas facetas operando em conformidade com as regras e instituições estabelecidas. Todavia, “a virtude moral é um meio-termo entre dois vícios, um que peca por excesso e outro que peca por falta, ou seja, o homem é mal por natureza e a sociedade que o corrompe” (ARISTÓTELES, 1973, p. 42). Para definir linguisticamente o conceito de “Indivíduo”, Aurélio (1975) explica que “Indivíduo: o ser que constitui uma unidade distinta; pessoa cuja identidade se busca preservar” (p. 734).

Assim sendo, essa fundamentação ética e metafísica do ser em sociedade remete à tradição aristotélico-tomista, se estrutura e encontra fundamento, onde, conforme exposto por Gredt (1961, p. 162), o indivíduo é compreendido como um ser dotado de uma natureza social e moral, ou seja, em sua dimensão de substância natural que deve se orientar por leis que buscam o bem comum. Trata-se da “*Philosophia Naturalis*”, sobre especificamente a constituição do ser vivo e a distinção entre os seres por sua natureza biológica e sensitiva. É a base para entender o “indivíduo” como substância natural. Trata-se da porção mais flexível e maleável do ser, capaz de se adaptar e transitar nas exigências do sistema social em que está inserida. Quanto à

sua finalidade ética e metafísica na ordem social (GREDT, 1961, p. 234), trata-se da porção mais flexível e maleável do ser, capaz de se adaptar e transitar nas exigências do sistema social em que está inserida. Tratando-se assim da "Ethica", abordando a lei moral e os deveres do homem em sociedade. É onde Gredt fundamenta que o indivíduo deve agir conforme a razão e a ordem social para atingir o bem comum.

Igualmente, na base clássica, enquanto Touraine fala da sociologia moderna, Gredt traz a base da filosofia clássica sobre o que é um "indivíduo" (pessoa) e seus deveres, dando um equilíbrio à crítica moderna com a estrutura da filosofia perene em Aristóteles e São Tomás de Aquino, relacionando também ética e moral, como o parágrafo cita "moralidade", igualmente em Gredt (*Ethica*) dá um peso acadêmico enorme a esse argumento.

Aqui, ao realizar-se uma breve reflexão, percebe-se ser inviável permanecer ininterruptamente na condição de sujeito absoluto ou manter uma postura constantemente combativa e questionadora. A necessidade inevitável do convívio social impõe normas e padrões de conduta com os quais nem sempre concordamos plenamente. Essa complexidade das relações sociais e os desafios da identidade contemporânea foram eixos centrais de debate no II Simpósio de Filosofia da UNIMES Virtual (2017), conforme registrado pelo portal Abrange ABC, reafirmando a urgência de uma teorização que contemple as contradições da existência humana. Entretanto, o seguimento dessas normas é fundamental para que a vida em comunidade se processe de maneira harmoniosa, evidenciando que o custo de agir permanentemente como sujeito costuma ser elevado.

Dando ciência de que a dimensão do indivíduo e a adaptação diante do dilema entre ser ou não ser sujeito emergem a dimensão do indivíduo. Esta esfera diz respeito ao campo dos direitos, deveres e da moralidade vigente; são as nossas facetas operando em conformidade com as regras e instituições estabelecidas. Trata-se da porção mais flexível e maleável do ser, capaz de se adaptar e transitar nas exigências do sistema social em que está inserida. O dilema entre a conformidade do indivíduo e a resistência do sujeito remete à clássica indagação existencial "ser ou não ser". Conforme analisa o portal Cultura Genial (2019), essa expressão simboliza o confronto humano entre a passividade diante do destino e a ação deliberada perante as adversidades da vida. À análise da frase de Hamlet, "Ser ou não ser, eis a questão", conectam-se diretamente com a discussão sobre a resistência do sujeito contra a desumanização e o dilema existencial mencionados nesse subtópico, enquanto a reflexão de Shakespeare ecoa o conflito entre a conformidade ao sistema e a assunção da singularidade.

Tendo então o indivíduo como construção social e midiática, entende-se que esse mesmo indivíduo pode ser compreendido como o destinatário dos direitos universais, políticos

e culturais assegurados pelas instituições públicas. Dessa forma, ele constitui a parte do ser que é moldada e modelada socialmente, servindo muitas vezes como uma superfície onde se projetam anseios, necessidades e universos imaginários construídos pelas modernas indústrias de comunicação e consumo. O portal Universia Brasil (2017) destaca que a obra de Friedrich simboliza o sentimento de isolamento e a pequenez do homem diante da natureza, enfatizando que o caminhante não está somente olhando a paisagem, mas refletindo sobre sua própria existência, ou seja, discute o indivíduo como uma “tela” de desejos e construções sociais. Trazer a análise da Universia aqui cria um contraste potente: enquanto o parágrafo fala do homem “moldado” pela sociedade, a citação mostra o homem tentando se reencontrar na solidão da natureza.

Doravante, esse indivíduo pode ser compreendido como o destinatário dos direitos universais, políticos e culturais assegurados pelas instituições públicas. Dessa forma, ele constitui a parte do ser que é moldada e modelada socialmente, servindo muitas vezes como uma superfície onde se projetam anseios e mundos imaginários fabricados pelas indústrias de comunicação. Nesse contexto de construção externa da identidade, a análise do portal Universia Brasil (2017) sobre o ‘Caminhante sobre o Mar de Névoa’ torna-se emblemática, ao sugerir que o sujeito contemporâneo, tal qual o personagem da tela, encontra-se em uma posição de isolamento, confrontando a imensidão do mundo na tentativa de decifrar sua própria essência subjetiva.

De modo que a crise da identidade na modernidade é possível sustentar que a concepção de indivíduo desvinculado de grupos de pertencimento tradicionais — e que já não encontra em si mesmo uma base sólida de identidade — é um traço marcante do pensamento contemporâneo. O indivíduo deixa de ser um princípio de unidade estável, sendo frequentemente guiado por forças que operam fora do alcance de sua própria consciência, o que serviu muitas vezes para definir a modernidade (TOURAINÉ, 2006, p. 119).

Ainda no individualismo e a racionalidade moderna, ao analisarmos sob a ótica contemporânea, nota-se que sua origem remete a mecanismos puramente modernos. A base do pensamento da modernidade se fundamenta em uma lógica de progresso, centrada na capacidade de um ser cognitivo perceber a si mesmo, em seu contexto particular, como uma finalidade em si mesma. Ao analisarmos o individualismo sob a ótica contemporânea, nota-se que sua origem remete a mecanismos puramente modernos. A base do pensamento da modernidade se fundamenta em uma lógica de progresso, centrada na capacidade de um ser cognitivo perceber a si mesmo como uma finalidade em si mesma. Essa posição de centralidade e, ao mesmo tempo, de isolamento diante da imensidão do mundo, é plasticamente ilustrada na

obra de Friedrich (1818), onde o caminhante sobre o mar de névoa representa o sujeito moderno em sua busca solitária por sentido frente ao sublime e ao desconhecido.

Baseando-se na obra “Caminhante sobre o Mar de Névoa” de Caspar David Friedrich, é a personificação visual do “sujeito”, um indivíduo solitário diante da imensidão, em um ato de contemplação e resistência existencial. Trata-se do individualismo moderno e da razão progressista. A pintura é o maior símbolo do Romantismo, que surgiu justamente para questionar a razão pura e focar na experiência subjetiva do ser. Ela ilustra o conceito de “sujeito” que se desenvolveu com Touraine: alguém que está “acima” da massa (a névoa), mas que é vulnerável e solitário. Já, a riqueza interdisciplinar está em trazer a arte para um texto de filosofia e psicologia em que se demonstra compreender o tema em múltiplas dimensões culturais.

No que tange, à relação entre o indivíduo e o sujeito, raramente encontramos figuras que se manifestem integralmente em sua dimensão de sujeito. Como se estabelece, então, a conexão entre esses dois conceitos? É fundamental notar que, em qualquer indivíduo, coexiste sempre, em maior ou menor intensidade, um sujeito. A esse fenômeno de coexistência dá-se o nome de “duplo” (TOURAINÉ, 2006, p. 121).

Tão logo, a proteção do sujeito frente às instituições torna-se essencial para buscar recursos para proteger os direitos do indivíduo contra as imposições arbitrárias da sociedade. Isso exige uma postura de vigilância crítica em relação às instituições responsáveis pela ordem e pelo cuidado de minorias e grupos vulneráveis. Existe um risco real de que o chamado “interesse social” acabe por suprimir o direito fundamental de cada cidadão de ser reconhecido como sujeito. Estar vinculado a instituições democráticas é vital, pelo fato de deverem servir como escudo contra o autoritarismo e a violência, fenômenos que aniquilariam qualquer possibilidade de referência ao sujeito. Neste cenário, o apelo à humanidade contra a opressão mecanizada ganha voz no emblemático discurso de Chaplin (1940): “mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura, precisamos de sensibilidade para com o outro. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará perdido, se nada afetuoso for feito” (CHAPLIN, 1940). As referências a Charles Chaplin também conectam-se diretamente com a discussão sobre a resistência do sujeito contra a desumanização e o dilema existencial mencionados nesse subtópico. A citação de Chaplin dialoga com a defesa do indivíduo contra ditaduras e todas as formas de opressão.

Por fim, é possível sustentar que a concepção de indivíduo desvinculado de grupos de pertença tradicionais é um traço marcante do pensamento contemporâneo. Segundo Machado (2017), essa problematização da existência exige uma crítica rigorosa ao humanismo teórico,

especialmente nas áreas da ética e da antropologia filosófica, para compreender como o sujeito se situa diante das novas pressões políticas.

2.3. PERSPECTIVAS ORIGINÁRIAS E A TEORIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA

Reforça-se que este estudo propõe uma abertura de horizontes mentais ao investigar a gênese planetária e as inquietações que movem a humanidade. Conforme destaca Nóbrega (2017), colocar o humanismo em questão envolve analisar as tensões entre sujeitos e indivíduos na teorização da existência humana, buscando unir rastros do passado com as indagações do presente e as inquietações que movem a humanidade desde tempos imemoriais. Segundo Francisco (2019), a explicação científica para essa origem reside na Teoria do Big Bang, que descreve a expansão do universo a partir de um estado de altíssima densidade. No entanto, para além da física, essa origem toca no que Otto (2007, pp. 12-19) define como o 'numinoso' — o aspecto irracional e fascinante do sagrado que escapa à compreensão puramente lógica.

Consequente, a busca pela gênese e o diálogo com o transcendente é o que esse subtópico disserta, ou seja, o estudo propõe uma abertura de horizontes mentais ao investigar a gênese planetária e as inquietações que movem a humanidade desde tempos imemoriais. Busca-se compreender os vestígios deixados por nossos antepassados, promovendo um diálogo entre os dados da ciência e as percepções do espiritismo. Reconhece-se, contudo, que a origem do ser humano permanece como um dos debates mais persistentes da história, sem que se tenha alcançado um consenso definitivo sobre nossa semente primordial. Teologicamente, a vida é fruto de uma vontade divina deliberada. Conforme os relatos de Gênesis 1 e 2, sintetizados pela Igreja Batista Lagoinha (2011), a criação divina estabelece a ordem do cosmos. Essa visão é sustentada pela teologia sistemática de Grudem (1999, p. 114), que enfatiza a soberania de Deus na formação do mundo. Para defensores dessa linha, como aponta Moura (2003, p. 1) na teologia contemporânea, o ser humano é o ápice dessa criação. Na opinião de outro que sugere que “o criacionismo sustenta que a alma humana é produzida imediatamente por Deus no momento da concepção” (BRUGGER, 1962, p. 102).

Sumariamente, destaca-se o Criacionismo e a singularidade humana no cenário das crenças fundamentais, cujas raízes se estruturam em conceitos judaico-cristãos presentes nas Escrituras Sagradas. Nessa perspectiva, comum a diversas vertentes religiosas, a vida é fruto de uma vontade divina deliberada. Para os defensores dessa teoria, o ser humano distingue-se das demais criaturas por possuir atributos intrínsecos como a autoconsciência moral, a vontade

livre, os sentimentos complexos e a inteligência racional. O homem deixa de ser o centro da criação e é mais uma criatura como todas as outras a existir sobre a face da terra. Um ponto crucial, conforme esclarece Sales (2017), é desfazer o senso comum de que o homem 'veio do macaco'; a ciência propõe, na verdade, um ancestral comum do qual derivaram linhagens distintas através da seleção natural.

Em contrapartida, o advento do Evolucionismo de Darwin utiliza-se da teoria evolucionista e fundamenta-se nos estudos do naturalista inglês Charles Darwin. Sua proposta científica sustenta que todos os organismos vivos evoluíram a partir de um ancestral comum. Nesse paradigma, as transformações biológicas e as diferenciações entre as espécies são explicadas pelo processo de seleção natural, retirando o homem de um lugar de criação isolada e inserindo-o na árvore genealógica da vida terrestre na linhagem humana. O estudo sobre os primeiros seres humanos, abordado por Sass (1974, p. 15), busca compreender o despertar da consciência nessas formas primordiais. Essa investigação dialoga com as *Institutiones* de Knoll (1865, p. 342) e a *Summa Philosophica* de Lahousse (1892, p. 418), que buscavam, sob a ótica escolástica e dogmática, conciliar a natureza física do homem com sua essência metafísica.

Dialogam-se então os mecanismos de adaptação e a ramificação da espécie onde, de acordo com essa lógica, os indivíduos que apresentam maior capacidade de adaptação ao meio ambiente sobrevivem e transmitem suas características aos descendentes, que seguem sofrendo modificações em seus mecanismos biológicos ao longo das eras. No caso humano, estudiosos evolucionistas defendem que, em determinado ponto da história evolutiva, seres humanos e primatas compartilharam um tronco comum, do qual derivaram dois grupos distintos: um que culminou nos símios modernos e outro que deu origem à linhagem humana. Para reforçar o contexto histórico do impacto das teorias de Darwin na sociedade, Cotrim (2005) reforça a ideia de que “a teoria da evolução causou uma revolução no pensamento europeu, desafiando dogmas religiosos e alterando a percepção da história global” (p. 214).

Por outro lado, o impacto histórico e a resiliência da ciência, dando a introdução desses conceitos, gerou um profundo impacto na sociedade conservadora do século XIX, sendo alvo de críticas por parte de setores religiosos da época. Apesar das resistências, Darwin avançou em suas pesquisas, concluindo que a evolução das espécies é um processo gradual e contínuo. Ele reafirmou que a seleção natural é o mecanismo motor dessa mudança, onde a luta pela sobrevivência favorece aqueles que melhor se ajustam às pressões e variações do ecossistema. Esse embate entre ciência e fé moldou o que Olson (2001, p. 620) descreve como a longa história da teologia cristã, repleta de reformas e tradições. Nesse contexto, a Teologia Moral de Greco (1959, p. 45) oferece diretrizes para o agir dos humanos frente às leis naturais,

enquanto Ratzinger (2008, p. 24) reflete sobre a missão da teologia em interpretar a natureza humana em um mundo cada vez mais pautado pela razão científica. Já sobre a renovação política e antropológica do homem, “a antropologia filosófica de Scheler busca o sentido da história na abertura do homem para o mundo, onde a pessoa se realiza como um ser espiritual” (PRIETO, 1991, p. 145).

Ao darem-se bases para sustentar cientificamente o argumento dessa obra, é fundamental nortear-se em “A Origem das Espécies” de Darwin, onde ele escreveu originalmente em 1859, mencionando suas conclusões sobre a continuidade da vida e a seleção natural. Apesar das resistências, Darwin avançou em suas pesquisas, concluindo que a evolução das espécies é um processo gradual e contínuo. Ele demonstrou que a diversidade da vida não é estática, mas fruto de um processo ancestral único, afirmando que: “há uma grandeza nesta visão da vida de que, enquanto este planeta tem ido girando de acordo com a lei fixa da gravidade, de um início tão simples, infinitas formas, as mais belas e maravilhosas, evoluíram e continuam a evoluir” (DARWIN, 1985, p. 376), ou seja, Darwin reafirmou, assim, que a seleção natural é o mecanismo motor dessa mudança, onde a luta pela sobrevivência favorece aqueles que melhor se ajustam às pressões do ecossistema. Essa citação é importante devido à fundamentação direta, onde se deixa de somente “falar sobre” Darwin e deixa o autor “falar” no seu texto. Outro fator é a Poética e Ciência, porque essa frase específica (a última do livro dele) é considerada uma das mais belas da história da ciência, ao unir o rigor biológico à admiração pela existência, o que combina com o tom do trabalho e desse subcapítulo. Do mais, o contraste com o criacionismo ao utilizar-se a expressão “lei fixa” e “formas que evoluem”, você reforça o argumento científico apresentado no parágrafo dois desse manuscrito.

Criticamente, a síntese humanista e a renovação política como a grande problemática da existência humana permanecem como tema central nos principais centros de debate contemporâneos. É imperativo analisar o conjunto de variáveis que sustenta essas discussões, garantindo que nenhuma etapa do entendimento sobre o fenômeno humano seja descartada. Como observa Pereira (s.d.) ao analisar a teologia de Rudolf Bultmann, é necessário interpretar os mitos antigos para encontrar o sentido existencial profundo que eles carregam, permitindo uma renovação política e antropológica do homem contemporâneo.

Nesse sentido, a renovação política do homem exige que superemos a visão puramente biológica; conforme sugere Sloterdijk (2001, pp. 23-45), o ser humano é o resultado de 'regras de domesticação' e práticas culturais que definem sua essência no 'parque humano'. Observa-se que a questão do humanismo, sob esta ótica, está em estreita sintonia com uma renovação política e antropológica do homem, surgindo como uma nova tentativa de compreender sua

essência, nossa natureza, em meio à diversidade de saberes e às novas formas de organização social.

Orientar-se de forma a conectar-se à evolução biológica com a renovação política e o sentido da existência, a obra de Peter Sloterdijk é a escolha ideal. Ele discute como o ser humano “se produz” por meio da cultura e da política, superando a mera biologia. Como uma ponte teórica, ele conecta a ideia de “evolução” dos parágrafos anteriores com a “política”, o controle e a ética do ser humano. Sua crítica se faz necessária, onde ele problematiza o humanismo tradicional, conversando diretamente com o título do trabalho. Com sua autoridade no assunto, utilizar um filósofo contemporâneo de peso eleva o nível acadêmico da obra e sua conclusão de mais um capítulo na escrita da evolução humanista.

2.4. MICHEL FOUCAULT: O PENSAMENTO CRÍTICO E O ROMPIMENTO COM O HUMANISMO

Merecidamente, mediante o reconhecimento como filósofo, historiador das ideias e teórico social, Michel Foucault estabeleceu uma análise profunda sobre a interdependência entre saber e poder, demonstrando como essa relação opera como ferramenta de controle social por meio das instituições. Embora frequentemente classificado como pós-estruturalista ou pós-modernista — rótulos que o próprio autor via com reservas —, Foucault enfrentou resistências no meio acadêmico tradicional. No entanto, ele definiu seu projeto intelectual como uma história crítica da modernidade, exercendo vasta influência tanto na teoria contemporânea quanto em movimentos ativistas. Sendo assim, “Foucault não busca a verdade eterna do homem, mas as condições históricas que possibilitaram o surgimento de certas formas de saber e de subjetividade” (MACHADO, 2000, p. 45). Outra autoridade no tema para validar a interpretação das teorias de Foucault sobre o poder é Deleuze (1990), que deixa seu registro a se pronunciar e dizer que “Foucault não analisa o poder como algo que se possui, mas como algo que se exerce em uma rede de relações” (p. 32).

Seguindo a perspectiva foucaultiana, a crítica ao humanismo é compreendida como um movimento essencial para o questionamento sistemático da razão moderna. Foucault enfatiza que essa crítica se manifesta de diversas formas em sua produção: inicialmente, através da “arqueologia do saber”, que diagnostica o esgotamento da filosofia da consciência e a confusão entre o empírico e o transcendental na herança kantiana; posteriormente, por meio da análise “genealógica”, que investiga os dispositivos disciplinares e as tecnologias de governo no contexto do liberalismo. Para Foucault, a citação mais emblemática que sustenta a sua crítica

ao humanismo e à figura do “homem” como centro do saber é onde Foucault discute a “descontinuidade” e critica a visão antropológica que encontrará uma unidade eterna no espírito humano. Ele afirma que o objetivo da arqueologia não é descrever o progresso da consciência, mas as regras que tornam os saberes possíveis. Sobre essa mudança de perspectiva, Foucault (2001, p. 15) esclarece que seu método busca romper com a visão antropológica tradicional, pois, “o que se quer tirar de sua base é a soberania do sujeito e todas as figuras que, sob uma ou outra forma, são parentes dela” (FOUCAULT, 2001, p. 15).

Do mais, na história das ciências na França, como na teoria crítica alemã, o que se tratava de examinar, no fundo, é realmente uma razão cuja autonomia de estruturas traz consigo a história dos dogmatismos e dos despotismos com seus abusos. Foucault (2001, p. 1589) vê uma razão que, por conseguinte, só tem efeito de libertação com a condição de que consiga libertar-se de si mesma, da cela mental. Então, entende-se que “a doença mental não pode ser compreendida somente como um processo orgânico, mas como uma manifestação da subjetividade em conflito com as estruturas sociais” (FOUCAULT, 1954, p. 84).

Expondo-se, a tese central da crítica ao humanismo, que delinea o projeto expansivo de Foucault, sugere que, com o avanço da modernidade, a atividade crítica deve confrontar processos de governamentalidade cada vez mais racionais e complexos. Nesse cenário, a própria crítica passa a ser parte integrante da razão, voltando-se contra os seus próprios excessos nos mecanismos de gestão e controle das populações. Tanto na tradição da história das ciências francesa quanto na teoria crítica alemã, o foco central de análise reside em uma racionalidade cujas estruturas autônomas acabam por carregar um histórico de dogmatismos e práticas autoritárias. Nesse sentido, conforme observa Foucault (2017, p. 21), a razão só exerce uma função verdadeiramente emancipadora quando consegue questionar e romper com seus próprios limites e imposições internas.

Adiante, Foucault identifica na Alemanha uma tradição que se estende dos hegelianos de esquerda à Escola de Frankfurt, focada em responder aos dilemas da *Aufklärung* (Esclarecimento) por meio da crítica à razão instrumental e suas implicações no positivismo e na técnica. Em contrapartida, na França, o tema da *Aufklärung* não obteve, inicialmente, a mesma centralidade ou proporção verificada no debate germânico. Ainda sobre a crítica, a definição de Foucault sobre significando “não ser governado” é o pilar da sua crítica ao humanismo institucional e à governamentalidade. Foucault define a essência da atitude crítica como “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se confere o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; a crítica será a arte da insubordinação voluntária, da indocilidade refletida.” (FOUCAULT, 2001, p. 1582).

Nesse sentido, Foucault (2001, p. 1582) propõe que a crítica opere como uma 'arte da insubordinação voluntária', permitindo que o sujeito questione os discursos de verdade que tentam moldar sua existência. Para Foucault (2017, p. 18), essa postura manifesta-se como uma 'indocilidade refletida', ou seja, a arte de não ser governado de tal forma e a esse preço. O dicionário ajuda a definir tecnicamente o que é o controle social ao dar o conceito de que “a governamentalidade refere-se às táticas e estratégias que permitem exercer o poder sobre a conduta dos indivíduos” (BARRETTO; CULLETON, 2010, p. 487).

Indubitavelmente, somente a partir do desenvolvimento da fenomenologia e, especificamente, da tradição epistemológica francesa — representada por nomes como Cavailles, Bachelard e Canguilhem — é que o questionamento crítico floresceu plenamente. Estabeleceu-se, assim, uma história das ciências voltada para a análise das próprias estruturas de racionalidade. Na intenção de fundamentar esse trecho, precisa-se de uma obra que valide a influência da epistemologia francesa em Foucault. As obras “Foucault”, de Gilles Deleuze (1990), e de Roberto Machado (2000), são perfeitas para isso, pois ambos explicam como Foucault herdou o método de Bachelard e Canguilhem. Sobre alegações dos autores, ainda informa-se que, conforme aponta Deleuze (1990, p. 32), “essa linhagem permitiu que Foucault operasse uma ruptura com a fenomenologia clássica, estabelecendo, assim, uma história das ciências voltada para a análise das próprias estruturas de racionalidade”. Segundo Machado (2000, p. 45), “essa herança de Canguilhem foi decisiva para que a arqueologia foucaultiana focasse não no progresso da verdade, mas nas condições históricas de sua produção”.

De modo que, o pensamento de Foucault situa-se no cruzamento de dois eixos: de um lado, a crítica política das instituições e dos processos de racionalização da vida (orientada pela *Zweckrationalität* ou racionalidade instrumental); de outro, a crítica da racionalidade científica e suas tendências à fundamentação dogmática da verdade. O autor buscou definir sua própria identidade intelectual no entrelaçamento dessas investigações. Ao revisitar a linhagem da *Aufklärung* — especialmente em seus diálogos com a obra de Kant —, Foucault revela a intenção de propor uma releitura da ideia de crítica. Seu objetivo é articular uma consciência histórica aguçada, voltada primordialmente para a indagação fundamental: “o que é o hoje?”. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe, que opera sobre o corpo para torná-lo útil e dócil através da vigilância contínua” (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Entende-se que esse projeto filosófico, voltado para a era moderna, configura-se como uma crítica racional da própria razão. O intuito de libertar a razão de si mesma passa, obrigatoriamente, pelo embate com a antropologia moderna, que colonizou o pensamento ao tentar fixar uma essência humana definitiva. Do mais, sobre a crítica política das instituições

modernas, Aristóteles serve aqui como o contraponto clássico à visão de Foucault, afirmando que “o homem é, por natureza, um animal político, destinado a viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 2010, p. 15).

Faz-se saber que um dos aspectos mais relevantes do legado de Foucault é o alerta sobre como a figura do “homem” e seus imperativos de identidade e autonomia podem, paradoxalmente, limitar nossa capacidade de invenção existencial e organização política. A imagem tradicional do indivíduo parece não mais dar conta das contradições e dos obstáculos da nossa própria época. Fato é que, como a imagem do indivíduo explora nossa potência de invenção existencial, “a subjetividade no mundo contemporâneo é forjada entre as pressões do trabalho alienado e a busca por novos laços de solidariedade” (VERONESE, 2006, p. 58).

Colocando-se em oposição aos sistemas morais e políticos tradicionais, diversas correntes filosóficas argumentam que as experiências mais significativas de crítica da razão no século XX buscam superar essa estrutura antropocêntrica. Diante disso, a conclusão que emerge é que o fim do humanismo clássico não deve ser motivo de lamento, mas sim uma etapa necessária para a abertura de novas possibilidades de pensar e ser. Nada mais justo enfatizar que, sobre a antropologia que coloniza a modernidade, utilizando as palavras de Garcia Bacca (1982), que interpreta essa fala ao sinalizar que a “antropologia contemporânea deve superar a ideia de um 'homem eterno' para compreender o ser em sua finitude histórica” (p. 89).

2.5. A PSICOLOGIA HUMANISTA: A TERCEIRA FORÇA EM PSICOLOGIA

Teoricamente, prega-se que a Psicologia Humanista emergiu na década de 1950, tendo sua origem e contexto histórico consolidando-se como um movimento de grandes proporções entre os anos 1960 e 1970. Sua gênese ocorreu como uma reação crítica às duas correntes predominantes da época: o Behaviorismo e a Psicanálise. A divergência central em relação ao Behaviorismo reside na recusa em conceber o ser humano como um autômato ou um animal meramente condicionado por estímulos externos. Já em face da psicanálise, o humanismo contestou o determinismo do inconsciente, a ênfase excessiva em patologias (neuroses e psicoses) e a fragmentação do homem em instâncias psíquicas isoladas. Para dar sustentação teórica ao trecho que se segue, utilizaremos a obra fundamental do autor Abraham Maslow que reforça a ideia da autoatualização e da saúde psíquica, para contrastar com a psicanálise (que focava na doença) e mostrar o foco do humanismo na saúde e nas potencialidades. Para ele, “o estudo de espécimes deformados, atrofiados, imaturos e não saudáveis pode somente produzir uma psicologia deformada e uma filosofia atrofiada.” (MASLOW, 2008, p. 236). Traduzindo

o posicionamento de Maslow (2008, p. 236), ele diz que: “focar somente em aspectos não saudáveis resultaria em uma psicologia limitada, sendo necessário estudar as potencialidades humanas para uma compreensão plena do ser”.

Inicialmente, explicar que a valorização da pessoa ocorre por meio do encontro autêntico entre terapeuta e cliente valer-se-á de Buber (1977), expondo de forma que “ao sintetizar as contribuições e críticas de expoentes como Abraham Maslow e Carl Rogers, observa-se que a base dessa valorização humana reside na filosofia do diálogo” (p. 54). Conforme ensina Buber (1977, p. 54), o verdadeiro crescimento ocorre no encontro autêntico entre os seres, pois “toda vida verdadeira é encontro no relacionamento com o Tu, o homem se torna Eu” (BUBER, 1977, p. 54). Essa visão dialógica justifica a ampla adesão à Abordagem Centrada na Pessoa, que prioriza o valor intrínseco do ser humano em sua singularidade. Na relação Eu-Tu, ele explica que o ser humano só se torna “sujeito” plenamente ao relacionar-se com o outro de forma desarmada e autêntica, o que é o coração da psicologia de Rogers. Já na Humanização, ele combate a ideia de tratar o outro como “isso” (objeto/doença), reforçando sua crítica à psiquiatria tradicional.

Antes que, impulsionada pelas correntes existencialistas e fenomenológicas (fundamentos fenomenológico-existenciais), esta abordagem busca a compreensão integral do homem, visando humanizar a percepção sobre o aparelho psíquico. Diferente das visões que observam o indivíduo como um ser passivo e condicionado, o humanismo, fundamentado no existencialismo, situa o indivíduo como o protagonista de sua própria reflexão. Sob a lente da fenomenologia, este mesmo indivíduo é compreendido a partir da consciência que possui do universo ao seu redor e da validação de sua experiência vivida. Tendo como fundamentos fenomenológicos e existenciais que dão base à psicologia humanista impulsionada pelas correntes existencialistas e fenomenológicas, esta abordagem busca a compreensão integral do homem, visando humanizar a percepção sobre o aparelho psíquico. Conforme aponta Lanteri-Laura (1965, p. 78), a psiquiatria fenomenológica oferece os fundamentos filosóficos necessários para que o encontro clínico não reduza o paciente a um objeto de estudo, mas o reconheça como uma subjetividade livre. Nesse cenário, o diálogo torna-se a ferramenta central da cura; como destaca Holanda (1998, p. 112), ao correlacionar Carl Rogers e Martin Buber, são na relação 'Eu-Tu' que o indivíduo valida sua experiência consciente e encontra o espaço para o desenvolvimento de seu potencial humano.

Pelas vias de fato, a fundamentação filosófica baseada na obra de Lanteri-Laura valida a transição da filosofia para a prática clínica (psiquiatria fenomenológica), tendo na relação terapêutica a obra de Holanda que traz o conceito de “Diálogo” (Buber), essencial para explicar

a abordagem centrada na pessoa que será mencionada logo mais, o equilíbrio ao deixar de ser somente uma descrição de conceitos e citar autores que estudam a aplicação prática dessas ideias. Utilizando ainda o pensamento de Martin Buber, sendo o alicerce filosófico da relação terapêutica no humanismo. Ele encaixa-se perfeitamente nesse esboço, para fundamentar também a ACP de Rogers, que será mencionada em seguida.

Ao sintetizar-se as contribuições e críticas de expoentes como Abraham Maslow (1908-1970) e Carl Rogers (1902-1987), observa-se que uma das limitações apontadas refere-se a indivíduos com transtornos psíquicos severos, que poderiam carecer de suporte emocional imediato para processos autônomos de autoconhecimento. Contudo, apesar de tais desafios, a ACP permanece com ampla adesão acadêmica e clínica. Sua relevância reside na inversão da lógica tradicional: prioriza-se o valor intrínseco do ser humano, adaptando as teorias à realidade de cada indivíduo, e não submetendo o indivíduo a estruturas teóricas rígidas, não se esquecendo das suas limitações e da abordagem centrada na pessoa. Tão logo, a sustentação dessa fala se dá na obra de Carl Rogers que fundamenta a ACP e, enquanto isso, para validar essa “abordagem” e a ideia de que o indivíduo tem recursos internos para a mudança, ele expressa seu raciocínio de forma que “o indivíduo possui dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para a alteração de seu autoconceito, de suas atitudes e de seu comportamento autodirigido.” (ROGERS, 1977, p. 35). Segundo Rogers (1977, p. 35), “o cerne desta visão é a confiança de que o indivíduo detém recursos internos para transformar seu autoconceito e comportamento, ao encontrar um ambiente facilitador”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, finalmente, esse artigo referente ao “2º Simpósio de Filosofia” com o tema “O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana. Crítica ao humanismo teórico e problematização da existência. Ética, política e antropologia filosófica” que ocorreu no ano de 2017 nas dependências da Universidade Metropolitana de Santos — UNIMES Virtual EAD, ressaltando que o presente estudo buscou fundamentar a compreensão elementar do humanismo ao investigar as nuances entre as categorias de sujeito e indivíduo. A ênfase recaiu sobre a teorização da existência humana, conduzida por uma análise crítica que expôs as problemáticas existenciais sob a ótica da ética, da política e da antropologia filosófica.

Tão prontamente, sabe-se que na ciência, nada é 100% conclusivo e que esse texto visa cooperar com a comunidade acadêmica utilizando como argumento a proposta deste trabalho

que foi a de apresentar a filosofia como uma perspectiva crítica de leitura da realidade e um guia para a ação humana. É imperativo destacar que o diálogo entre filosofia e psicologia exige cautela: não se trata de uma simples transposição de categorias, mas de um processo de inquirição que respeita a autonomia de ambos os campos. Nesse sentido, articulou-se a análise da política, da ética e da antropologia filosófica para investigar a estrutura constitutiva do homem. Para evitar o risco da descontextualização conceitual ou da negação da produção científica da psicologia, propôs-se uma integração que amplie a compreensão da existência humana. Entendeu-se que a busca pelo autoconhecimento e pelo sentido da vida é uma constante universal que ganha contornos específicos na modernidade, onde o humanismo emerge como a condição de possibilidade para a organização social e o entendimento das relações subjetivas.

Rigorosamente, na constituição do sujeito, resgatou-se o pensamento de Karl Marx, cujas teses revolucionárias postulam que as ideias e categorias mentais não são abstrações eternas, mas produtos da atividade material humana. Para Marx, os homens que estabelecem relações sociais baseadas em sua produtividade são os mesmos que engendram seus princípios teóricos; portanto, tais conceitos são historicamente transitórios e reflexos das condições de sua época.

Para manter-se um balanço argumentativo, destacou-se a figura de Michel Foucault, cuja obra exerceu influência profunda em movimentos sociais e teóricos no cenário global. Para o autor, o humanismo configurou-se como uma força motriz no desenvolvimento histórico, atuando como o princípio e a finalidade de um projeto que moldou a consciência moderna e as recompensas do progresso civilizatório.

A investigação também revelou a contundente crítica de Foucault ao humanismo, evidenciando o vínculo intrínseco entre as ciências humanas e a experiência do negativo. Compreendeu-se que a radicalização desse pensamento conduziu o filósofo à proposição de uma experiência desprovida de um sujeito centralizador, o que provocou o esgotamento do projeto fundacionista tradicional e de qualquer solo fixo sobre o qual a identidade humana pudesse se assentar definitivamente.

Por fim, observou-se o esforço de Foucault em superar os mecanismos da dialética — vista como a matriz dos diversos humanismos — e o binarismo entre o “mesmo” e o “outro”. Embora suas reflexões tenham angariado vasto apoio, também foram alvo de críticas severas, especialmente em suas análises sobre a personalidade. Nessas discussões, Foucault transitou por perspectivas aparentemente contraditórias, sugerindo que a psicologia, em sua busca por sentido, acabaria por convergir para uma antropologia social de matiz ligeiramente marxista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel de Vallandro e Gerd Bornheim. Porto Alegre: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Edifolha. São Paulo: Edifolha, 2010. ISBN 978-8579141546.

BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.); CULLETON, Alfredo (coord. adj.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo: Unisinos, 2010. p. 487-488. ISBN 978-8574313580.

BRASIL ESCOLA. *Ideologia e marxismo*. [Goiânia]: Brasil Escola, [2019]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/ideologia-marxista.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRUGGER, Walter. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora Herder, 1962.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977. 190 p.

COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 978-8502052567.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. (Série Reconquista do Brasil). ISBN 978-8531902251.

DEL GRECO, Teodoro da Tôrre. *Teologia moral*. Tradução de José Lafayette Álvares e Estêvão Bêntia. São Paulo: Paulinas, 1959.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1990. ISBN 978-8511120531.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Soberania e disciplina*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 179-191.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 236 p. ISBN 978-8571472303.

FOUCAULT, Michel. *A política e a crítica*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 160 p. ISBN 978-8592880194.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits: 1954-1988*. Edição de Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 2001. v. 2. 1736 p. (Coleção Quarto). ISBN 978-2070762903.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits: 1954-1988*. Paris: Gallimard, 2001. v. 2. ISBN 978-2070762903.

FOUCAULT, Michel. *Maladie mentale et personnalité*. Paris: PUF, 1954. 120 p. (Collection *Quadrige*).

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. *Big Bang: a teoria do Big Bang*. [S. l.]: Brasil Escola, c2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/big-bang.htm>. Acesso em: 2 ago. 2019.

FRIEDRICH, Caspar David. *Caminhante sobre o mar de névoa*. 1818. 1 original de arte, óleo sobre tela, 94,8 cm x 74,8 cm. Kunsthalle Hamburg, Hamburgo. Disponível em: <http://abrangeabc.com.br/wpcontent/uploads/2017/08/Caminhante-sobre-o-Mar.jpg>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. 5. ed. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GARCIA BACCA, Juan David. *Antropología filosófica contemporánea*. Barcelona: Anthropos, 1982. ISBN 978-8485887057.

GENIAL. *Ser ou não ser, eis a questão*. [S. l.: s. n.], [2019]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/ser-ou-nao-ser-eis-a-questao/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

GREDT, Ioseph. *Elementa philosophiæ aristotelico-thomisticæ: logica, philosophia naturalis*. 13. ed. Barcelona: Herder, 1961. v. 1. 544 p.

GREDT, Ioseph. *Elementa philosophiæ aristotelico-thomisticæ: metaphysica, ethica*. 13. ed. Barcelona: Herder, 1961. v. 2. 535 p.

GRUDEM, Wayne Alexander. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999. ISBN 978-8527503464.

HOLANDA, Adriano Furtado. *Diálogo e psicoterapia: correlações entre Carl Rogers e Martin Buber*. São Paulo: Lemos Editorial, 1998. ISBN 978-8586071424. <https://abrangeabc.com.br/ii-simposio-de-filosofia-da-unimes-virtual/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

IGREJA BATISTA LAGOINHA. *Nossa célula: nós vivemos em células! Resumo Gênesis Capítulos 1 e 2*. Belo Horizonte: IBL, [2012]. Disponível em: <http://nossacelulaibl.blogspot.com/2011/12/genesis-capitulo-1-e-2.html>. Acesso em: 4 ago. 2019.

KNOLL, Albert. *Institutiones theologiæ theoreticæ seu dogmatico-polemicæ*. Augustæ Taurinorum: Marietti, 1865. v. 1.

LAHOUSSE, Gustave. *Summa philosophica ad mentem D. Thomæ in usum alumnorum seminariorum*. Lovanii: Car. Peeters, 1892. v. 1.

LANTERI-LAURA, Georges. *Psiquiatria fenomenológica: fundamentos filosóficos*. Buenos Aires: Traguel, 1965.

MACHADO, Ricardo Mariano. *Linha de pesquisa 1: crítica ao humanismo teórico e*

problematização da existência (áreas: ética, política e antropologia filosófica). São Bernardo do Campo: Abrange ABC, 2017. Disponível em: <http://abrangeabc.com.br/ii-simposio-de-filosofia-da-unimes-virtual-2/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 192 p. ISBN 978-8571105348.

MASLOW, Abraham H. *Motivação e personalidade*. Tradução de Adail Sobral. Porto Alegre: Artmed, 2008. ISBN 978-8536315270.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia: tomo I (A-D)*. São Paulo: Ariel, 1994. 850 p. ISBN 978-8533614055.

MOURA, Airton. *Teologia contemporânea*. Atibaia: S.B.P.V., 2003.

NÓBREGA, Juliana Janaína Tavares. *O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana*. Santo André: Abrange ABC, 2017. Disponível em: <http://abrangeabc.com.br/tag/filosofia-simposio-humanismo-unimes-existencia-humana-semana-2017/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

O GRANDE ditador. Direção: Charles Chaplin. Produção: United Artists. Estados Unidos: United Artists, 1940. 1 DVD (125 min), son., P&B.

OLSON, Roger Eugene. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001. ISBN 978-8573675276.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2007. ISBN 978-8532634887.

PEREIRA, Isaias Labão. *A teologia de Rudolf Bultmann*. [S. l.]: Monergismo, [s. d.]. Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/teologia/teologia_rudolf.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

PRIETO, Silvia T. H. *A natureza e o sentido da história em Max Scheler*. 1991. 312 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

RATZINGER, Joseph. *Natureza e missão da teologia*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. ISBN 978-8532636416.

RIGONATTO, Mariana. *O que foi o humanismo?* [Goiânia]: Brasil Escola, [2019]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-foi-humanismo.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ROGERS, Carl Ransom. *Tornar-se pessoa: um terapeuta descobre sua própria terapia*. Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 1977. ISBN 978-8533606340.

SALES, Beatriz. *O que é a teoria da evolução? Ela realmente diz que nós viemos dos*

macacos? [S. l.]: Segredos do Mundo, 2017. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/o-que-e-teoria-da-evolucao-ela-realmente-diz-que-nos-viemos-dos-macacos>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SARTRE, Jean-Paul. *L'existencialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1939. 141 p.

SASS, Roselis von. *Os primeiros seres humanos*. São Paulo: Ordem do Graal, 1974. 118 p.

SCHAFF, Adam. *O marxismo e o indivíduo*. Tradução de Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 240 p.

SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UNIMES VIRTUAL, 2., 2017, Santos. *O humanismo em questão: sujeitos, indivíduos e a teorização da existência humana*. Santos: UNIMES Virtual; São Bernardo do Campo; Santo André: Abrange ABC, 2017. Disponível em: <https://abrangeabc.com.br/ii-simposio-de-filosofia-da-unimes-virtual/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta sobre o humanismo*. Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. Lisboa: Relógio d'Água, 2001. ISBN 978-9727086160.

SOUSA, Esdras Wagner de. *Linha de pesquisa 1: crítica ao humanismo teórico e problematização da existência (áreas: ética, política e antropologia filosófica)*. In: SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UNIMES VIRTUAL, 2., 2017, Santos. Anais [...]. Santos: UNIMES Virtual, 2017.

TOURAINÉ, Alain. *El sujeto: un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2006. ISBN 978-9501254358.

UNIVERSIA BRASIL. *A arte do dia é: Caminhante sobre o mar de névoa de Caspar David Friedrich*. [S. l.]: Universia, 2017. Disponível em: <https://noticias.universia.com.br/cultura/noticia/2017/05/23/1152645/arte-dia-caminhante-sobre-mar-nevoa-caspar-david-friedrich.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

VERONESE, Marília Veríssimo. *Subjetividade, trabalho e solidariedade*. Canoas: Aletheia, 2006. 180 p. ISBN 978-8588939028.